



JOÃO LUÍS FERNANDES
FÁTIMA VELEZ DE CASTRO
COORD.

CONFIANÇAS E MEDOS NA EUROPA CONTEMPORÂNEA

REDES, ASILO E MINORIAS

A obra “**Confianças e medos na Europa contemporânea: redes, asilo e minorias**” enquadra-se no âmbito dos riscos antrópicos, de domínio social. Partindo da escala europeia, apresenta oito estudos de casos, realizados por autores de diversas áreas (Estudos Europeus, Relações Internacionais, Direito, Segurança, Geopolítica, etc), numa lógica interdisciplinar. Pretende-se refletir e estimular o debate sobre o tema da mobilidade e da (in)segurança, do ponto de vista das migrações e das políticas migratórias, das redes, das fronteiras, da energia, das minorias, da geopolítica.

Trata-se de uma temática atual e de grande relevância, que está na ordem do dia dos discursos políticos e da opinião pública. Espera-se, desta forma, contribuir para o debate esclarecido e cientificamente fundamentado, que possa vir a ser útil na elucidação dos agentes políticos, da academia e da sociedade em geral.



ESTRUTURAS EDITORIAIS

Série Riscos e Catástrofes
Estudos Cindínicos

ANTIGOS DIRETORES | FORMER MAIN EDITORS

Luciano Lourenço
Universidade de Coimbra

DIRETOR PRINCIPAL | MAIN EDITOR

Fátima Velez de Castro
Universidade de Coimbra

DIRETORES ADJUNTOS | ASSISTANT EDITORS

Adélia Nunes, Bruno Martins, João Luís Fernandes | António Vieira
Universidade de Coimbra Universidade do Minho

ASSISTENTE EDITORIAL | EDITORIAL ASSISTANT

Fernando Félix
Universidade de Coimbra

COMISSÃO CIENTÍFICA | EDITORIAL BOARD

Ana Meira Castro
Instituto Superior de Engenharia do Porto

Angela Santos
Universidade de Lisboa

António Duarte Amaro
Escola Superior de Saúde do Alcoitão

António Betâmio de Almeida
Instituto Superior Técnico

Cristina Queirós
Universidade do Porto

Felícia Fonseca
Instituto Politécnico de Bragança

Fernando Granja Martins
Universidade do Algarve

Helena Fernandez
Universidade do Algarve

Humberto Varum
Universidade de Aveiro

José Simão Antunes do Carmo
Universidade de Coimbra

Maria José Roxo
Universidade Nova de Lisboa

Mário Talaia
Universidade de Aveiro

Miguel Castro
Instituto Politécnico de Portalegre

Paulo Nossa
Universidade de Coimbra

Romero Bandeira
Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Porto

Tomás de Figueiredo
Instituto Politécnico de Bragança

Antenora Maria da Mata Siqueira
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Carla Juscélia Oliveira Souza
Universidade Federal de São João del-Rei, Brasil

Esteban Castro
University of Newcastle, Reino Unido

José António Vega
Centro de Investigación Forestal de Lourizán, Espanha

José Arnaez Vadillo
Universidad de La Rioja, Espanha

Lidia Esther Romero Martín
Universidad Las Palmas de Gran Canaria, Espanha

Maria Augusta Fernández Moreno
Universidade Católica do Equador, Equador

Miguel Castillo Soto
Universidad de Chile

Mohammed El-Fengour
University of Rabat, Marrocos

Montserrat Díaz-Raviña
Inst. de Investigaciones Agrobiológicas de Galicia, Espanha

Norma Valencio
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Ricardo Alvarez
Florida Atlantic University, Estados Unidos da América

Teresa da Silva Rosa
Universidade Vila Velha, Brasil

Virginia Araceli García Acosta
Universidad Nacional Autónoma de México

Xavier Ubeda Cartaña
Universidad de Barcelona, Espanha

Yvette Veyret
Université Paris X, França

JOÃO LUÍS FERNANDES
FÁTIMA VELEZ DE CASTRO
COORD.

CONFIANÇAS E MEDOS NA EUROPA CONTEMPORÂNEA

REDES, ASILO E MINORIAS



EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEÇÃO GRÁFICA

Imprensa da Universidade de Coimbra

IMAGEM DA CAPA

Photo by Esra Korkmaz via Pexels

PRÉ-IMPRESSÃO

Fernando Félix

EXECUÇÃO GRÁFICA

KDP

ISBN

978-989-26-2727-4

ISBN DIGITAL

978-989-26-2728-1

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-2728-1>

DEPÓSITO LEGAL

546350/25

APOIOS



**CENTRO DE
ESTUDOS INTERDISCIPLINARES**
CEIS20 | Universidade de Coimbra



fct Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia
UIDB/0046/2020

This work is funded by FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia
under the project UIDB/00460/2020

© ABRIL 2025, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
INTRODUÇÃO	9
PARTE I - PERSPETIVAS SOBRE REDES, FRONTEIRAS, RISCOS E INSEGURANÇAS	11
A questão da segurança energética na formulação das políticas energéticas da União Europeia entre 2015 e 2023 Nathana Garcez	13
Insegurança transfronteiriça: desafios no controlo de redes e grupos organizados com mobilidade elevada Nélio Guerreiro	49
A renovação dos riscos geopolíticos e as tendências securitárias de uma nova regionalização do mundo Gustavo Glodes Blum	89
A externalização: um novo paradigma na europeização da política de asilo Natacha Rodrigues	147
PARTE II - MIGRAÇÕES E MINORIAS DIANTE DE UMA RENOVADA VALORIZAÇÃO POLÍTICA DOS TERRITÓRIOS NACIONAIS	161
Llegadas no autorizadas a la UE: Discursos de legitimidad, derechos humanos y justicia Sara Carrasco Granger	163
Extremófilos sociais: categorizando a vulnerabilidade em situações extremas Pedro Camilo de Figueirêdo Neto	181
A situação da juventude nas periferias da França Amanda Evelyn Cavalcanti de Lima	213
Estratégias indígenas no ártico em transformação: mudança climática, política e estratégia da perspectiva Sámi Pedro Allemand Mancebo Silva	237
CONCLUSÃO	259

(Página deixada propositadamente em branco)

PREFÁCIO

Os tratados de paz que puseram formalmente termo à Primeira Guerra Mundial encetaram uma profunda reestruturação da ordem da Europa. Os três impérios europeus tinham desaparecido, formam-se catorze novos Estados, erguem-se 11.000 quilómetros de novas fronteiras exteriores. As minorias tornam-se maiorias, as maiorias, minorias, os movimentos de êxodo atingem dimensões assinaláveis. As mutações da cartografia política transformaram o carácter das migrações. Numerosas migrações internas tornaram-se migrações transnacionais. Antigas tradições migratórias e sistemas migratórios tradicionais reduziram-se a pequenos fluxos circulares ou foram bloqueados pelas fronteiras, conflitos entre Estados ou pela intervenção protecionista do Estado.

Quer no plano estratégico, quer a nível das organizações internacionais, as ameaças são cada vez mais e fortes. Torna-se imprescindível um planeamento estratégico, um serviço de informação eficiente e prontidão. Correm-se sempre riscos. Hoje as ameaças são diferentes, pelos atores, são globais, e, como tal, são mais difíceis de identificar e caracterizar. Variam, sendo as mesmas, em função das conjunturas e interpretações diferentes. Segundo Ulrich Beck, na sociedade de risco regista-se uma tendência para o crescimento e expansão de formas de criminalidade mais violentas e mais imprevisíveis. Cresce o sentimento de insegurança e um medo difuso dos cidadãos, fruto da tomada de consciência de ameaças e de vulnerabilidades sejam elas tangíveis ou intangíveis. Urge a concretização de estratégias, o fortalecimento de sistemas de segurança nacionais e internacionais e o desejável diálogo transnacional.

O conflito regional é uma particularização geográfica dos conflitos. Os conflitos regionais não continuam a ser um fenómeno comum no âmbito das situações conflituais?

As crescentes necessidades energéticas e o desfasamento entre a procura e a disponibilidade geram tensões e guerras e são multiplicadores de riscos e ameaças.

As situações extremas não incidem nem afetam apenas os países menos desenvolvidos. O desânimo social instalado em novas gerações poderá ser instrumentalizado por movimentos radicais e com recurso a práticas violentas ou subversivas.

As alterações climáticas e segurança estão intimamente ligadas. O risco das deslocações massivas associa-se aos desastres naturais e as razões não naturais e nestas relevem-se as situações de conflito, de violação dos direitos humanos, e com consequências humanitárias e securitárias.

No discurso sobre a imigração agita-se muito o fenómeno da inversão da pirâmide demográfica. O fenómeno é muito mais global. A imigração tornou-se um fenómeno social que existe e que há que enquadrar e regulamentar.

As assimetrias de crescimento populacional e a globalização do envelhecimento e das migrações são pontos importantes da relação complexa entre demografia e segurança.

A multiplicação de riscos políticos deve ser encarada como um resultado importante das transformações pelas quais passa o Sistema Internacional... O território é, na realidade, uma dinâmica socioespacial... nunca está “terminado” ou plenamente “conquistado”.

As dinâmicas que se apresentam como riscos geopolíticos devem-se a novos desafios ao exercício da soberania com que se defrontam os Estados.

Esse complexo de crises é um somatório de diferentes crises que ocorrem no Sistema Internacional. Poder-se-á dizer como defende Ulrich Beck, que “não se opera apenas uma mudança, mas sim uma metamorfose”.

Esta obra, que agora o Leitor pode fruir, visa refletir e estimular a reflexão sobre temáticas do nosso hoje: riscos e ameaças, insegurança e vulnerabilidade, migrações, minorias, territórios, periferias, mudanças climáticas. Questões estas e outras de interesse que merecem a atenção particular dos Autores e dos Coordenadores que percorrem caminhos de intervenção num debate transdisciplinar.

É nesta linha que se inscreve este promissor trabalho.

Coimbra, Portugal, dezembro de 2024

Maria Manuela Tavares Ribeiro
Prof.^a Catedrática de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

INTRODUÇÃO

João Luís J. Fernandes

Universidade de Coimbra, CEIS20 e RISCOS (Portugal)
Faculdade de Letras, Departamento de Geografia e Turismo
ORCID: 0000-0002-9419-631X jfernandes@fl.uc.pt

Fátima Velez de Castro

Universidade de Coimbra, CEIS20 e RISCOS (Portugal)
Faculdade de Letras, Departamento de Geografia e Turismo
ORCID: 0000-0003-3927-0748 velezcastro@fl.uc.pt

Os textos que agora se publicam foram apresentados, a partir de maio de 2023, nas três edições do ciclo de conferências “Confianças e Medos na Europa Contemporânea”, organizadas no âmbito do Grupo “Europeísmo, Atlanticidade e Mundialização”, do Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra (CEIS20).

Envolvendo temas como redes; as migrações e as políticas migratórias e de asilo; a demografia política, os direitos humanos e a afirmação das minorias e de grupos não hegemónicos; as fronteiras e os atores transnacionais; a segurança energética e as novas configurações e regionalizações geopolíticas, este ciclo tem como objetivo equacionar o presente e perspetivar o futuro da Europa num planeta instável e em constante mudança.

Organizado em dois grupos e oito capítulos, esta obra está centrada no território europeu e nas suas dinâmicas internas e de relação com os mundos que existem para além dos seus limites permeáveis.

Por isso, as referências conceptuais que aqui se apresentam e discutem, têm como ponto de partida quadros empíricos que atravessam várias escalas de análise e diferentes contextos locais, regionais e nacionais deste contexto global em transformação.

Sabe-se que o tempo presente é um desafio; que os conflitos militares ameaçam a integridade de populações e trazem incertezas alargadas; que as democracias ocidentais e liberais e as sociedades abertas estão sob pressão e que o avanço das tecnologias digitais alteraram os referenciais do passado.

Na sequência de todos estes caminhos cruzados, tem-se assistido à concentração dos poderes económico e político e ao aumento das polarizações. Também se tem notado a multiplicação das linhas de fratura e a aceleração dos processos de desacoplamento que dividem e afastam entre si grupos sociais, espaços geográficos de proximidade, regiões e microterritórios urbanos.

Atendendo a todo este enquadramento, será importante problematizar as coesão interna das sociedades e dos territórios europeus, assim como analisar, com o devido alcance temporal, a arquitetura das interdependências da Europa e as pontes que se estabelecem com as dinâmicas e os espaços geográficos mais ou menos próximos ou longínquos.

No entanto, para este exercício plural, exigem-se janelas de observação amplas e diversificadas. Nesse sentido, os oito autores que contribuíram para este trabalho conjunto, têm múltiplas proveniências científicas de base, que vão do Direito à Geografia, da Sociologia aos Estudos Europeus, das Relações Internacionais à Ciência Política, da Economia à Filosofia ou à Geopolítica.

Esta abrangência e abertura, assim como o diálogo multi e interdisciplinar que aqui se apresenta, permitem-nos equacionar os medos que se detetam no presente e se podem projetar no devir da Europa. No entanto, transportam-nos também para a confiança que deriva das instituições, dos quadros normativos, dos sistemas de valores e do capital humano que podem garantir um continente europeu enquanto espaço geográfico com qualidade de vida, segurança, coesão, hospitalidade e, com tudo isto, um projeto de futuro.

Por fim, com mais esta publicação, integrada na Série “Riscos e Catástrofes”, a Riscos- Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança, dará mais um passo no sentido da consolidação dos estudos integrados na urgente e oportuna temática dos riscos sociais e antrópicos.

PARTE I:
PERSPETIVAS
SOBRE REDES,
FRONTEIRAS,
RISCOS E
INSEGURANÇAS

(Página deixada propositadamente em branco)

**A QUESTÃO DA SEGURANÇA ENERGÉTICA EUROPEIA:
UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS ENERGÉTICAS DA
UNIÃO EUROPEIA ENTRE 2015 E 2023**
**THE ISSUE OF EUROPEAN ENERGY SECURITY:
AN ANALYSIS OF EU ENERGY POLICIES
BETWEEN 2015 AND 2023**

Nathana Garcez*

Universidade Estadual Paulista / Universidade Estadual de Campinas (Brasil)
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas
Universidade de Coimbra, CEIS20 (Portugal)
Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra
ORCID: 0000-0002-8523-9605 nathana.garcez@unesp.br

Resumo: As tensões russo-ucranianas no século XXI evidenciaram uma questão persistente para a União Europeia: sua insegurança energética. Entendendo tal vulnerabilidade, entre 2015 e 2023 a UE passou a adotar medidas para garantir sua segurança energética que moldaram o atual cenário energético europeu. A partir da hipótese de que o planejamento da UE apresentava fragilidades que foram evidenciadas pela Guerra Russo-Ucraniana, a presente pesquisa faz uma análise qualitativa das estratégias organização para alcançar esses objetivos, explorando seus resultados e oferecendo reflexões acerca do atual cenário energético europeu.

Palavras-chave: Segurança energética, Europa, guerra Russo-Ucraniana.

* O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 / *This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.*

Abstract: Russo-Ukrainian tensions in the 21st century have highlighted a persistent issue for the European Union: its energy insecurity. Recognizing this vulnerability, between 2015 and 2023 the EU began adopting measures to ensure its energy security and these have shaped the current European energy landscape. Building on the hypothesis that EU planning showed weaknesses exposed by the Russo-Ukrainian War, this research provides a qualitative analysis of the strategies organized to achieve these goals, exploring their outcomes and offering reflections on the current European energy scenario.

Keywords: Energy security, Europe, Russo-Ukrainian war.

Introdução

Enquanto grandeza fundamental física, a Energia é ampla, sendo por definição o potencial inato para realização de uma ação ou trabalho. Nessa concepção, durante séculos ela foi fundamental para a manutenção ou facilitação da vida humana na Terra, tendo sido empregada pelos seres humanos para alimentação, construção de abrigos, manutenção do calor e outras condições ideais para a vida em sociedades pré-agrícolas¹. Tempos depois, com a expansão da vida em sociedade e a complexificação das relações entre indivíduos e dos indivíduos com o espaço ao seu redor, a concepção sobre a Energia ganhou novas conotações. Ao longo do tempo e com a desenvolvimento das civilizações, o conceito de Energia evoluiu e se multifacetou, passando a transitar em diferentes debates epistemológicos como o filosófico, metafísico e teológico. Posteriormente, com a estruturação do sistema capitalista, também explodem outros fenômenos. As Revoluções Industriais, o refinamento de processos produtivos e os avanços tecnológicos que abrangem

¹ Sociedades pré-agrícolas, também conhecidas como sociedades simples ou sociedades não complexas, são aquelas que geralmente possuem estruturas sociais menos desenvolvidas e não apresentam características de civilizações antigas. Aqui estão algumas características gerais dessas sociedades: Nomadismo/Semi-nomadismo, economia de subsistência, organização social simples, tecnologia limitada e religião/cosmologia simples.

diversos campos, com destaque para o setor militar, transformaram a relação dos indivíduos com o planeta. A partir disso, tornou-se necessário a utilização, cada vez mais massificada, dos recursos naturais para a obtenção de energia para a manutenção não apenas da vida, mas da economia e segurança dos Estados.

O campo energético como se conhece hoje nasce das transformações e fenômenos supracitados. Com o desenvolvimento econômico e novos hábitos de consumo associados ao Capitalismo, a demanda energética cresceu rapidamente e quase interruptamente² ao longo dos séculos XX e XXI. A essa pressão na demanda, também se somaram contínuas inovações tecnológicas e fenômenos complexos de larga escala como a globalização e assim tornou-se necessário produzir cada vez mais energia ao longo das últimas décadas. É nessa toada que o campo energético, desde a produção até a infraestrutura de entrega da energia ao consumidor final, recebeu investimentos público-privados e se expandiu, tornando-se imprescindível para a manutenção da vida político-econômica e social no planeta. No entanto, existe outro aspecto que torna hoje o campo energético ainda mais relevante para as relações internacionais: a lógica e as disputas de poder.

Como dito por Gerhard Wahlers (2022, p.2), Estados que possuem recursos energéticos – com destaque para os combustíveis fósseis – podem utilizá-los como instrumentos de poder. Essa utilização se dá através dos meios financeiros, militares e/ou estratégico-securitários³. Nesse sentido, as primeiras décadas do século XXI foram palco de um longo processo de tensionamento entre Rússia e Ucrânia que culminou na anexação da Crimeia e invasão da Ucrânia, consolidando assim um antigo desafio para a União Europeia (S. Engelkes; L. Schulz, 2022, p. 7). Como uma posição de extremo destaque no mercado energético mundial e europeu⁴ durante todo esse período, a Rússia deteve – e ainda detém – uma enorme influência e poder na vida político-econômica e militar da União Europeia. Ao longo do tempo e com

² Às exceções desses períodos de crescimento energético foram fenômenos extraordinários como as Guerras Mundiais, crises econômicas globais e pandemias.

³ O aspecto estratégico-securitário pode ser exemplificado pelos casos de embargos energéticos em situações como na Ucrânia em 2009 e Polônia em 2022.

⁴ Em 2022 a Rússia era a maior exportadora mundial de gás natural e a segunda maior fornecedora internacional de petróleo e seus derivados (S. Engelkes; L. Schulz, 2022). No caso europeu, até 2022 a Rússia era a maior parceira econômica da União Europeia no mercado energético.

a intensificação das tensões russo-ucranianas, esse fator de vulnerabilidade criou uma pressão sobre a organização e seus membros. Nesse sentido, a dependência energética da Europa se constituía – e em determinada medida ainda se constitui – em uma insegurança latente que apenas a partir de tais tensões passou a ser observada de forma mais concreta.

Assim, a presente pesquisa pretende investigar as estratégias da União Europeia para (1) quebrar a sua dependência pelos recursos energéticos russos, (2) expandir e diversificar sua produção interna e (3) garantir o acesso seguro e diversificar suas fontes de abastecimento. A pesquisa parte da concepção de que existe uma relação intrínseca entre poder e capital no âmbito internacional (Fiori, 2007) e realiza em sua primeira seção uma breve discussão conceitual sobre o que representam a segurança e insegurança energética no Sistema Internacional. A partir disso, aborda-se o panorama do campo energético europeu desde 2015 até os dias atuais para, por fim, a pesquisa apresentar a análise feita sobre as potencialidades e desafios no processo de garantir a segurança energética na União Europeia. Finalmente, as conclusões apresentam os resultados, reflexões e apontamentos sobre a direção das políticas energéticas tomadas pela Europa nos últimos tempos.

O debate sobre segurança energética: limites e alcances de diferentes perspectivas

A Segurança Energética representa um paradigma dentro das Relações Internacionais e da Economia Política Internacional. A conceituação do tema é alvo de disputas discursivas e tem sofrido relativas evoluções ao longo do tempo. O que a Segurança Energética representa hoje, ainda que em debate discursivo, não é exatamente igual ao que representou logo após a erupção da Segunda Guerra Mundial, nem se iguala ao perfil conceitual do que era ao longo dos Choques do Petróleo. Ademais, a própria ideia de Segurança Energética precede a sua própria organização conceitual (um resultado direto da Guerra Árabe-Israelense de 1973) remontando ao período da Era das Revoluções (E. Hobsbawm, 1981).

Como dito anteriormente, a partir da 1ª Revolução Industrial, o mundo sofreu uma série de transformações que elevaram o nível de importância das fontes energéticas, em especial os hidrocarbonetos. Ainda no século XIX o carvão se mostrou fundamental para a manutenção do ciclo de transformações relacionadas ao modo de produção industrial e à garantia da segurança militar nos Estados. O Carvão – e sua indústria - foi a principal fonte energética de energia industrial do século XIX (E. Hobsbawm, 1981, p.52) e, ainda não tenha sofrido grandes transformações no período entre 1789 e 1848, esse setor produtivo estimulou uma invenção que transformaria o mundo: a máquina ou motor à vapor. A máquina a vapor foi um aprimoramento tecnológico relativamente simples que resultou em inovações em escala global que impactariam a vida em sociedade. Dentre elas, destacam-se aqui as ferrovias que expandiram a capacidade e velocidade do comércio por terra no período, transformando de vez a indústria de bens e capital (E. Hobsbawm, 1981, p.53-54) e os navios a vapor que revolucionaram as forças navais dos Estados.

Enquanto essas transformações ocorriam, as ideias de segurança e interesse nacional ainda não se encontravam formalmente sintetizadas. O que vigorava à época era a concepção de “interesse do Príncipe”, “interesse dinástico” e em determinados casos, a partir da consolidação dos Estados Nacionais, “honra nacional” (L. Moraes, 1986, p.2). Dessa forma, a necessidade de garantir o seguro e irrestrito acesso às reservas de carvão que se criou a partir dessas transformações foi então pontuada como um interesse do Príncipe ou honra nacional. No entanto, não existem referências bibliográficas suficientes para indicar que existia um pensamento consolidado de diversos Estados sobre a “garantia do acesso ao carvão” como um tema de interesse nacional. Após reflexão, a presente pesquisa entende que isso pode se dever a alguns fatores como:

1. **Demanda da fonte energética:** durante boa parte do século XIX, grande parcela da população mundial não tinha o devido acesso a esses avanços e sequer utilizava em larga escala o carvão como fonte energética.;
2. **Disponibilidade geográfica do carvão:** abundante em grandes quantidades no Império Britânico, em solo europeu e/ou em regiões colonizadas, a fonte ao alcance de algumas das potências do período eliminava ou dirimia a importância da questão quanto ao seu “acesso”.

Portanto, e fazendo um esforço para construção de hipótese, a questão da busca pela obtenção de energia como um “interesse nacional” para as potências líderes da Revolução Industrial durante boa parte do século XIX pode ter se focado mais em como manter as reservas já existentes do que na expansão do acesso ao carvão. As exceções mais bem documentadas a essa lógica vieram dos (1) Estados Unidos, como demonstra Peter A. Shulman em seu livro “Coal and Empire: The Birth Of Energy Security in Industrial America” (P. A. Shulman, 2015) e (2) do Império Otomano que a partir da metade do século XIX construiu políticas para a expansão da indústria de carvão local com ambições de se tornar independente do carvão britânico (O. Barak, 2015).

A lógica da obtenção segura e irrestrita a uma fonte energética se consolidaria realmente apenas no fim do referido século e já voltada para outro recurso: o petróleo. Com os preparativos iniciais para a 1ª Guerra Mundial se iniciando na transição do século XIX para o século XX, tornou-se premente para as potências do Sistema Internacional realizar melhorias em suas forças armadas. Esse esforço pelo desenvolvimento do setor militar gerou investimentos públicos do Império Alemão e do Império Britânico que resultaram na descoberta dos benefícios do petróleo quando utilizado como substituto do carvão em navios de guerra (N. Garcez, 2020).

O petróleo, de forma diferente ao carvão, tinha uma disposição geográfica de reservas que não privilegiava o solo europeu. À exceção de reservas relevantes na Romênia, as maiores reservas estavam situadas nos Estados Unidos, no Império Russo e em regiões como a da Bacia do Mar Cáspio e o Oriente Médio. Dessa forma, as potências europeias que estavam a se envolver com a disputa hegemônica que culminaria em duas guerras mundiais tiveram uma nova e importante constatação: a transição do carvão para o petróleo colocaria em risco a garantia ao acesso seguro ao novo recurso energético (D. Yergin, 2006). Assim, as potências europeias precisaram dedicar esforços para minimizar os riscos relativos ao problema do abastecimento energético.

É partir desse cenário que, como um tema de política pública, começa a se pensar em Segurança Energética de uma forma próxima ao conceito que viria a ser sintetizado no âmbito acadêmico décadas depois. Ainda que o termo utilizado fosse “interesse nacional”, os objetivos de certas movimentações dos Estados eram claros:

era necessário obter o acesso seguro e irrestrito ao petróleo. Foi com esse objetivo que o Império Alemão realizou uma aproximação diplomática com o Império Otomano, promovendo a construção da ferrovia Berlim-Bagdá e garantindo uma concessão para exploração de petróleo em uma região próxima de Mosul e Bagdá ainda em 1903 (Garcez, 2020). Além desse exemplo, pode-se citar também a famosa frase de Winston Churchill, então Primeiro Lorde do Almirantado britânico em 1911: “*safety and certainty in oil lie in variety, and variety alone.*” (D. Yergin, 2006).

Ainda que até o fim da Segunda Guerra Mundial o petróleo não houvesse se tornado, de fato, a mais importante matriz energética mundial, foi esse processo de ascensão que transformou o tabuleiro geopolítico mundial. Essa transformação e o aumento da demanda pelo óleo e seus derivados acirrou as disputas políticas, econômicas e militares por controle das regiões ricas em reservas de petróleo. O período entre os preparativos para a 1ª Guerra Mundial e o fim da 2ª Guerra Mundial foi repleto desses embates como foi o caso das disputas militares pelo controle de Baku nas duas Guerras Mundiais, na Guerra Civil Russa (N. Garcez, 2020), mas também da divisão territorial de parte do Império Otomano representada no Acordo Sykes-Picot ainda em 1916.

O fim da 2ª Guerra Mundial e o início da Guerra Fria - contrapondo dois projetos hegemônicos distintos - são os marcos históricos para a formalização do debate sobre “segurança” nas Relações Internacionais e na Ciência Política (B. Buzan; L. Hansen, 2012, p. 66). Em um momento de dilemas geopolíticos, ideológicos e bélicos, o termo surge como o objetivo de refletir as questões de segurança militar do período, ainda com o termo servindo como parte do campo cognitivo do “interesse nacional”. Esse raciocínio prevaleceu nas décadas seguintes e, portanto, a perspectiva realista, militarista se impôs na formação do conceito de segurança e de Segurança Internacional, ainda que atores internacionais diversos advogassem por uma ampliação e expansão dos temas abarcados pelo termo (B. Buzan; L. Hansen, 2012, p.25).

Ao passo em que o tema de segurança passa a ser debatido dentro do campo acadêmico, outros eventos e fenômenos impunham desafios à manutenção da lógica tradicional do termo. Entre eles, os Choques do Petróleo (1973 e 1979) impuseram grandes reflexões entre os pesquisadores dedicados à área. O termo Segurança Energética nasce como uma consequência direta da Guerra Árabe-

Israelense de 1973 e do embargo do petróleo subsequente realizado pelos países árabes da OPEP. O Primeiro Choque do Petróleo foi tão impactante que além de projetar políticas públicas nacionais, tornou urgente a criação de um organismo internacional voltado para o debate sobre energia.

A *International Energy Agency* (IEA) foi criada com o objetivo de ser um organismo interestatal que pudesse construir em conjunto ações de mitigação em momentos de crise energética. Pela primeira vez na história um organismo construiu um sistema de estocagem energética onde quantidades específicas de petróleo são mantidas em reservatórios de países, empresas e da própria agência; esse sistema, utilizado apenas em situações de crise energética, é mantido até os dias atuais, tendo sido utilizado com alguma regularidade a partir do estopim da Guerra da Ucrânia.

É a partir da década de 1970 que o conceito de Segurança Energética, até então já utilizado no âmbito das políticas estratégicas nacionais, passa a ser sistematizado na academia. Assim, os diálogos acadêmicos foram essenciais para a sintetização do conceito como: as ações estratégicas para a obtenção de um acesso seguro, irrestrito e financeiramente acessível de energia o suficiente para a manutenção da vida político-econômica e militar do Estado-nação. Dado que o mundo passara por grandes conflitos que foram o estopim para a construção de políticas nacionais voltadas para a garantia da segurança energética dos países, a concepção de Segurança Energética foi influenciada diretamente pelo pensamento Realista das Relações Internacionais. Assim, o conceito esteve - e de certa forma ainda está - intrinsecamente conectado com a ideia de Estado, de soberania, de interesses e objetivos nacionais em uma lógica por muitas vezes militarista.

A concepção tradicional de energia só viria a ser desafiada a partir do século XXI. Um dos eventos fundamentais para isso foram o Furacões Katrina e Rita que devastaram áreas dos Estados Unidos em 2005 (A. Silva; T. Rodrigues, 2015). Os impactos de tais fenômenos alcançaram o setor energético, paralisando cerca de 27% de todo o sistema de produção americano e 21% do sistema de refino. Além disso, houve o colapso das plataformas de produção e sondagem, dos oleodutos e gasodutos, além da destruição de boa parte da rede de distribuição de eletricidade (Yergin, 2015). A paralisação em larga escala colocou a vida de milhões de pessoas em risco e suscitou uma mudança de postura em acadêmicos da área.

Daniel Yergin, autor vencedor do Pulitzer pelo livro “*The Prize: The Epic Quest for Oil, Money & Power*”, tem vocalizado a necessidade da expansão do conceito de Segurança Energética (D. Yergin, 2015). A ele se somam outros que consideram que a definição do conceito não abarca todos os problemas multidimensionais e polifacetados relacionados à questão energética (A. Silva; T. Rodrigues, 2015). Em seguimento a essa reflexão crítica, tem sido proposto um alargamento conceitual que ficou conhecido pela alcunha de “os 4 As: *availability, accessibility, affordability, and acceptability*”. Esse alargamento sugere uma preocupação maior com as questões econômicas e ambientais, um direcionamento que é reforçado por autores como Jan Kalicki e David Goldwin (J. Kalicki, D. Goldwin, 2005; A. Silva; T. Rodrigues, 2015). Os autores apontam que o conceito de Segurança Energética engloba duas vertentes: a capacidade de acesso aos recursos e a capacidade de proteger a economia global dos efeitos da volatilidade extrema dos preços.

Quanto às questões econômicas e ambientais, ainda tem sido constantemente colocada em pauta a questão quanto à transição energética verde e a relação intrínseca entre o conceito de segurança energética e os hidrocarbonetos, em especial o petróleo e gás natural. Da perspectiva ambiental, é sentida a necessidade de apostar na produção de energias limpas que permitam mitigar os efeitos nocivos ao planeta de mais de um século de produção em larga escala de hidrocarbonetos. Uma mudança na matriz energética mundial onde energias mais limpas ocupariam maior percentual produtivo do setor energético mundial necessariamente implica na transformação prática do conceito de Segurança Energética, atualmente organizado para assegurar o acesso seguro e irrestrito de petróleo e gás natural.

No cenário econômico, os impactos recentes da Guerra da Ucrânia reforçaram a necessidade da proteção das economias nacionais dos efeitos dos impactos gerados por fenômenos globais. Por envolver a Rússia, o segundo país maior exportador de petróleo e gás natural do mundo, o conflito refletiu a escala de insegurança energética a nível global. As incertezas sobre sanções econômicas e a manutenção das exportações de petróleo e gás natural russas em meio ao conflito produziram um processo inflacionário que se espalhou por todos os campos da economia mundial por meio das conexões entre as cadeias produtivas globais.

O século XXI trouxe para o mundo a urgência de um debate mais amplo e inclusivo sobre as políticas nacionais e supranacionais energéticas. Gargalos nacionais como a pouca diversificação da matriz e de parceiros no mercado energético global tornaram diversos países e organizações supranacionais, como por exemplo a União Europeia, mais suscetíveis à pressão inflacionária subsequente ao conflito. Também tornaram mais visíveis as limitações de acesso energético desses países, o que tem gerado debates para a formulação de políticas nacionais e supranacionais que transformem o setor energético desses países. Ainda assim, o conceito de Segurança Nacional segue bastante vinculado às perspectivas mais tradicionalistas, militarizadas, um cenário que deve ser pouco impactado no curto prazo.

O panorama da segurança energética europeia

Em março de 2022 a União Europeia anunciou que cessaria as importações de gás natural e petróleo da Rússia até o ano de 2027. Nos meses seguintes, a organização oficializou diversas sanções ao setor energético russo que versaram desde a proibição de compra de diesel russo até mesmo o transporte marítimo de produtos derivados do petróleo por mares territoriais de países da União Europeia (A. Duchiadé, 2023). Tal planejamento foi construído como uma forma de retaliação ao governo russo pela invasão à Ucrânia no mesmo ano e desde então o que se viu foi uma queda vertiginosa nas importações europeias de combustíveis fósseis russos. No entanto, uma análise mais profunda sobre as importações europeias revela que essa queda pode ser parcialmente artificial, com a manutenção das trocas comerciais no setor mantidas por meio do uso de Estados mediadores, como é o caso da Índia (P. Prem; S. Cho, 2023).

O presente momento mostra que o cenário energético europeu é complexo e que a União Europeia enfrenta um desafio notável: o de garantir a sua segurança energética afastando-se de seu maior parceiro comercial no mercado energético. A partir da compreensão da magnitude do desafio europeu, estabeleceu-se uma pergunta chave: no campo energético, como se comportou a organização nos últimos anos? A União Europeia sofre de dependência energética e qual o nível da mesma? Para apresentar

tais respostas, o presente estudo buscou fazer uma análise do atual cenário do campo energético da União Europeia com o recorte temporal partindo do ano de 2015. A escolha deste recorte se dá pela importância do estabelecimento da *Energy Union Strategy*, primeiro projeto da Comissão Europeia para a transformação da matriz energética regional após a anexação da Crimeia pela Rússia.

O ano de 2015 foi deveras importante para o campo energético europeu. Em escala regional, ele foi o primeiro ano de forte recuperação no consumo de energia após a Crise Financeira de 2008⁵ (Eurostat, 2022). No entanto, o crescimento da demanda energética veio em um período subsequente a diversos abalos na Geopolítica da Energia mundial que chamaram a atenção da União Europeia. Os anos anteriores haviam sido palco do controverso fenômeno da Primavera Árabe e da segunda crise do gás russo-ucranianas em 2009, mas principalmente da anexação da Crimeia pela Rússia e as consequentes tensões russo-ucranianas que colocaram em risco infraestruturas energéticas. Esses movimentos apontavam para uma mudança nas dinâmicas geopolíticas a nível regional e mundial que, na visão de muitos, colocavam em xeque a segurança energética europeia.

Dos eventos citados, as tensões entre Ucrânia e Rússia que resultaram em um embargo energético russo em 2009 se destacam por afetarem diretamente o espaço e a economia europeia, gerando importantes processos inflacionários e a escassez energética em países europeus como a França, Bulgária, Grécia e Romênia (A. Kramer, 2009). À época, a União Europeia importava mais de 50% da energia que consumia (Eurostat, 2016), com destaque para fontes como gás natural e petróleo. No caso específico do gás natural, as importações russas representavam entre 42% do total de importações realizadas pelos membros do bloco (European Commission – Directorate-General for Energy, 2012).

Tal entrelaçamento energético já explicaria parte do cenário de insegurança energética que se abateu sobre a União Europeia quando seu maior parceiro no mercado energético se envolveu em disputas e tensões regionais com um vizinho.

⁵ Segundo dados da Eurostat (2022), a demanda energética europeia no ano de 2010 foi maior do que a do ano anterior. No entanto, os resultados dos quatro anos seguintes foram de queda da demanda. Essa tendência de queda só seria verdadeiramente quebrada a partir de 2015.

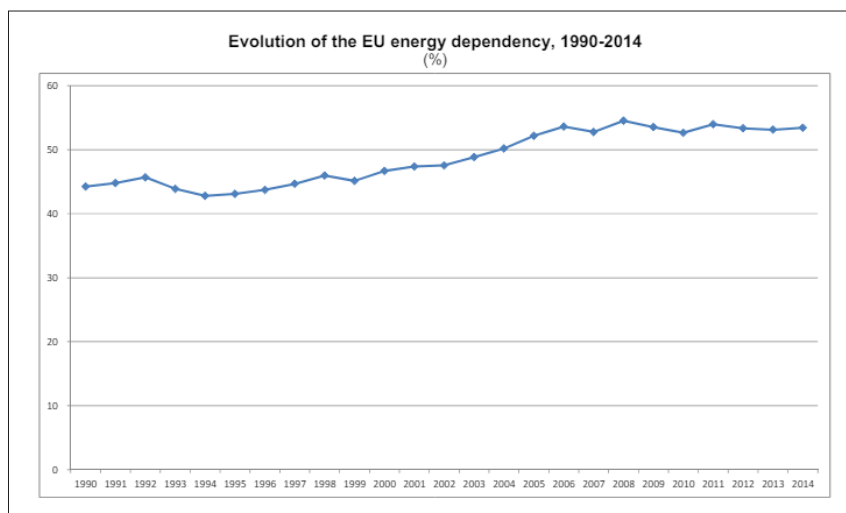


Fig. 1 - Evolução percentual (%) da dependência energética na União Europeia (1990-2014)
(Fonte: Eurostat, 2016).

Fig. 1 - Percentage change (%) of European Union energy dependence (1990-2014)
(Source: Eurostat, 2016).

Contudo, somou-se a essa dimensão características específicas da infraestrutura de transporte energético russo-europeu. Tanto Rússia quanto Ucrânia haviam herdado suas infraestruturas de transporte energético da interconectada rede energética soviética. Portanto, cerca de 80% do gás natural russo que chegava na Europa em 2015 era transportado em gasodutos que passavam pela Ucrânia (European Commission, 2009; S. Ozcan, 2015). Assim, quando em 1º de janeiro 2009 a Rússia realizou cortes no fornecimento de gás para a Ucrânia em razão de fracassadas negociações entre *Naftogaz* e *Gazprom* para acordo dos valores do gás natural e tarifas de trânsito, 30% das importações de gás natural europeias foram seriamente afetadas por um período de quase 2 semanas e os impactos alcançaram diversos países europeus em pleno inverno (S. Ozcan, 2015, p.86). Tal uso russo da energia como arma de poder gerou consternação na União Europeia devido à força do setor energético russo no mercado mundial e da sua capacidade de impactar as economias dos países europeus (S. Ozcan, 2015, p.86). No entanto, apesar de diversos políticos europeus e mesmo o presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso,

terem manifestado preocupação com o cenário da segurança energética europeia, poucas ações concretas foram realizadas até 2015, um ano depois da anexação da Crimeia pelo exército russo.

A anexação da Crimeia em 2014 foi um ponto sensível para a União Europeia. O *Euromaidan* e destituição de Viktor Yanukovich da presidência da Ucrânia haviam produzido um cenário tenso nas regiões sul e leste ucranianas, onde a maioria étnica russa passou a reivindicar aproximação ou mesmo anexação com a Rússia. Na Crimeia, também de maioria étnica russa, a crise nacional se intensificou com manifestações e conflitos entre forças paramilitares pró-Rússia e forças ucranianas na cidade de Sebastopol e na capital Simferopol. Ao final de fevereiro de 2014, as forças paramilitares pró-Rússia haviam conquistado controle da região e em março a região realizou um referendo muito contestado internacionalmente que teve resultado favorável à secessão da península em relação à Ucrânia e à reintegração à Federação Russa. A anexação oficial da Crimeia à Rússia foi formalizada no dia 18 de março de 2014, mas as tensões na região e entre Kiev e Moscou permaneceram latentes. No campo energético esses atritos se reproduziram novamente por meio de cortes no fornecimento de gás natural russo no mês de julho, dessa vez por alegações russas sobre o não pagamento de dívidas ucranianas e falta de garantias de trânsito seguro para o fornecimento de gás para a Europa. Novamente países europeus foram afetados e a União Europeia precisou mediar rodadas de negociações entre Rússia e Ucrânia até ambos os países alcançarem um acordo para a volta do fornecimento de gás para a Ucrânia e o trânsito seguro da fonte para a Europa. Contudo, a situação de corte de gás para a Ucrânia e novas rodadas de negociação envolvendo a União Europeia viriam a se repetir no ano seguinte, o que gerou um senso de urgência por mudanças em alas políticas europeias.

Em 2015, tais crises do gás russo-ucranianas e a anexação da Crimeia foram alvo de reflexões do idealizador do projeto *Energy Union Strategy* e então Primeiro-Ministro da Polônia Donald Tusk. Em um artigo denominado “*A united Europe can end Russia’s energy stranglehold*” para o jornal Financial Times. Nele, Tusk já sinalizava que o domínio russo no campo energético europeu deveria ser motivo de preocupação. Segundo o mesmo: “(...) *excessive dependence on Russian energy makes Europe weak.*” (D. Tusk, 2014). O artigo ainda chamava

atenção para a suscetibilidade europeia às possíveis flutuações de preços e de fluxos energéticos, principalmente russos, e conclamava a Europa a agir de forma conjunta para corrigir o que o autor chamou de “distorção de mercado”. O impacto dos apontamentos feitos no artigo foi grande na União Europeia e determinante para a formulação de um plano inicial para sanar os problemas apontados por Tusk.

Em fevereiro de 2015, meses após o artigo do Financial Times, a resposta europeia pareceu ter seu pontapé inicial em Bruxelas com o lançamento da *Energy Union Strategy* pela Comissão Europeia. De modo geral, o plano nasceu como um projeto de coordenação de esforços entre os países da União Europeia para atingir o objetivo de garantir aos consumidores europeu, civis e setor econômico, o fornecimento seguro de energia sustentável, acessível e a preços competitivos. Para isso, a estratégia se baseava, e ainda se baseia, em 5 pilares:

- Segurança Energética, solidariedade e confiança;
- Mercado de energia interno totalmente integrado;
- Eficiência energética;
- Ação climática e descarbonização da economia europeia;
- Pesquisa, inovação e competitividade no setor energético.

Para além dos objetivos voltados para o cenário interno, a *Energy Union Strategy* pareceu ter sido criada com um interesse político-estratégico implícito: diminuir a dependência energética europeia dos recursos russos. No ano inicial da estratégia, as características do setor energético da União Europeia se mantinham similares ao ano de 2009. O bloco importava cerca de 54% de toda a energia que consumia em seu território, sendo quase a totalidade dessas importações de combustíveis fósseis (Eurostat, 2017). Somado a esse dado, havia também estatísticas que apontavam que (1) os combustíveis fósseis representavam 73% do mix energético europeu, e (2) o nível de importação dos combustíveis fósseis consumidos em território europeu havia crescido de 53% para 73% entre 1990 e 2015. Ainda que o consumo energético europeu houvesse diminuído 2,5% em relação à 1990 (Balkan Green Energy News, 2017), seu nível de dependência energética havia crescido a partir da manutenção de uma matriz energética baseada em recursos pouco disponíveis em seu território.

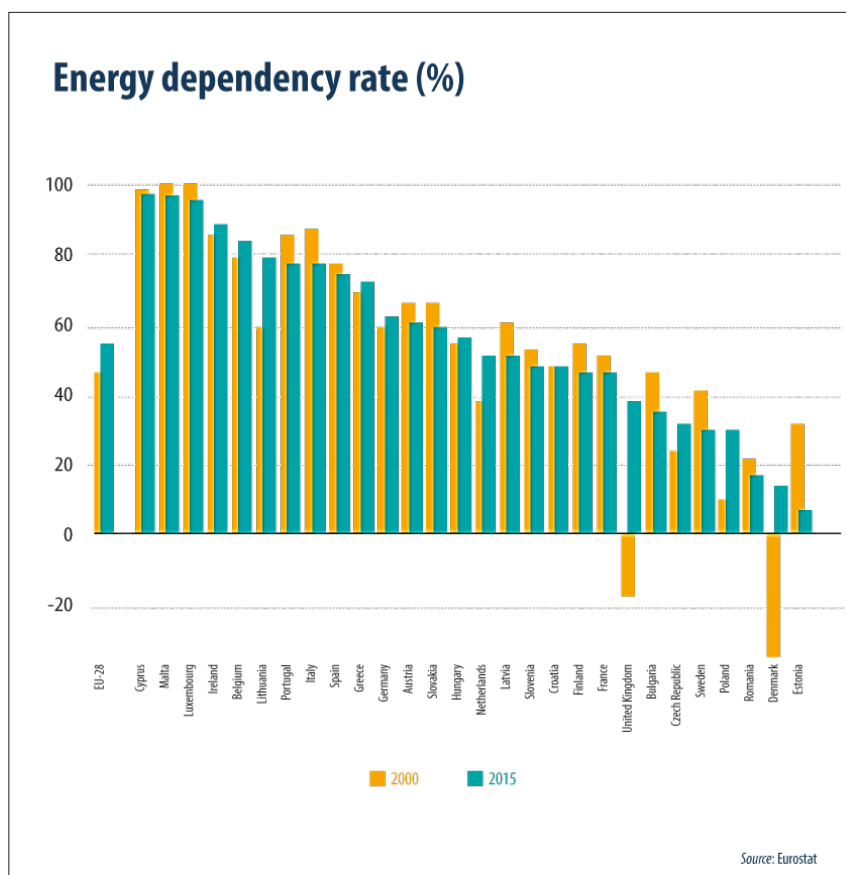


Fig. 2 - Nível de dependência energética na União Europeia (1990-2015)
(Fonte: Eurostat, 2017).

Fig. 2 - Level of energy dependence in the European Union (1990-2015)
(Source: Eurostat, 2017).

Com um nível tão alto de dependência energética, a associação econômica natural no mercado global de energia entre os europeus com a Rússia havia se mantido apesar dos sinais de que o país poderia não ser uma fonte confiável de recursos energéticos no futuro próximo. Em 2015 a Rússia ainda ocupava o lugar de maior parceiro comercial europeu no mercado global de energia. Àquela altura, Moscou representava 29,1% das importações europeias de petróleo bruto, 29,1% de carvão e derivados e 37,3% do gás natural comprado pela União Europeia (Eurostat, 2017).

Dado que quase a totalidade de importações energéticas dentro da organização eram de combustíveis fósseis, é possível afirmar que a Rússia representava cerca de um terço de todas as importações energéticas europeias (Eurostat, 2017).

A profundidade das relações em um mercado estratégico para a vida político-econômica, militar e social dos países europeus deixava, como citara Tusk, a União Europeia fragilizada perante a uma potência global e suscetível às flutuações de preço no campo energético. Portanto, e compreendendo o interesse europeu de se tornar menos fragilizado no campo energético, essa relação precisava ser reduzida e a *Energy Union Strategy* foi a solução encontrada, elaborada e implementada para isso. No entanto, o programa não foi construído totalmente inspirado nos pontos abordados pelo Primeiro-Ministro polonês e isso ficou evidente nos anos seguintes.

Entre 2015 e 2019, a Comissão Europeia elaborou uma série de atualizações da *Energy Union Strategy* para adaptar o setor energético europeu mais seguro, sustentável, competitivo e acessível financeiramente. A União Europeia destinou verbas para investimentos em diversas áreas e Estados membros se comprometeram a adaptar seus setores energéticos a partir da implementação de novas metas para integração, digitalização, descentralização e descarbonização. Assim, em um primeiro momento o mix energético europeu sofreu alterações importantes, sendo a mais notável delas a diminuição do percentual dos combustíveis fósseis na matriz energética da União Europeia (73% para cerca de 65%), conforme dados do Eurostat (2021). Contudo, também entre 2015 e 2019 o planeta enfrentou um destacado aumento da demanda energética. Em escala regional, a União Europeia também observou um crescimento da sua demanda por energia, recuperando-se da queda causada pelos impactos da Crise de 2008 (Eurostat, 2022). Nesse contexto, ainda que tenha ocorrido uma diminuição do consumo dessas fontes, os combustíveis fósseis mantiveram sua posição de destaque no mix energético da União Europeia, como é possível observar no gráfico construído a partir da agência intergovernamental europeia *Eurostat* abaixo.

Além disso, ao contrário do que se previa com a *Energy Union Strategy*, ao final do período supracitado a Europa se viu ainda mais fragilizada do que outrora em outros aspectos do cenário energético. Seu nível de dependência energética aumentara e os países do bloco importaram 61% do que consumiram no ano de 2019. Além disso,

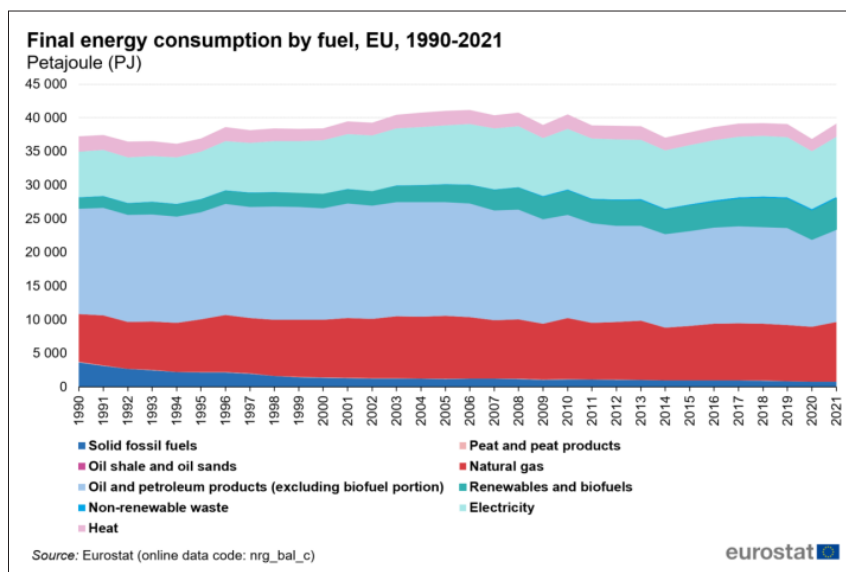


Fig. 3 - Demanda energética na União Europeia (1990-2021) (Fonte: Eurostat, 2022).

Fig. 3 - Energy demand in the European Union (1990-2021) (Source: Eurostat, 2022).

os índices de dependência energética para com a Rússia praticamente não sofreram alterações. Em 2019 Moscou exportara 26,9% do petróleo bruto comprado pelos europeus, o que representou uma queda no comércio de petróleo entre os parceiros econômicos. Contudo, a Rússia também foi responsável pelo envio de 41% do gás natural e 46,7% do carvão importados pela União Europeia, dois aumentos significativos nas trocas russo-europeias (Eurostat, 2021).

Em 2019, a *Energy Union Strategy* (EUS) dava claros sinais de que não estava produzindo as transformações esperadas. As limitações na execução eficiente da estratégia podem ter raízes no seu formato. Algumas das principais solicitações feitas à época como a da criação de um mercado europeu de gás natural ou a de criação de mecanismos de transparência para acordos internacional no setor energético não sobreviveram e desapareceram do projeto final do EUS. Determinados países da União Europeia enxergaram as sugestões como uma possível ameaça de centralização por parte da instituição e se colocaram contrários à formalização de tais planos na estratégia conjunta (K. Oroschakoff, 2015).

Por outro lado, também houve uma limitação ou reestruturação com relação aos planos mais ambiciosos do projeto. Diferentemente da ideia de manutenção da exploração de certos recursos fósseis para obtenção da segurança energética que Tusk propusera, o *Energy Union Strategy* previa metas ambiciosas de descarbonização do mix energético do bloco europeu e a diminuição da sua demanda energética. Apesar disso, pouco constava no projeto sobre questões de governança e *enforcement* que poderiam garantir que países com matrizes energéticas mais sujas se mantivessem de acordo com a estratégia do bloco; esse problema só seria parcialmente sanado anos mais tarde quando líderes dos países do bloco entraram em acordo para seguir as leis de transparência para o setor, em especial para contratos de gás natural (K. Oroschakoff, 2015).

Dito isso, o período supracitado também foi de avanços na pauta das energias limpas – uma alternativa para diminuir a dependência europeia dos hidrocarbonetos e da Rússia. Em 2018 os países da União Europeia também aceitaram as propostas da Comissão Europeia para o investimento de €873 milhões para o desenvolvimento de infraestruturas produtivas de energias limpas. No seguimento dos avanços, entre 2019 e 2020 também foi lançado pela Comissão Europeia e aprovado pelo Parlamento Europeu o *European Green Deal*, uma agenda verde com o objetivo de criar instrumentos que garantissem à Europa neutralizar suas emissões de CO₂ até 2050. Por fim, em congruência com as metas estabelecidas pelo *European Green Deal*, em 2021 foram também aprovados pacotes e estruturas legais que visavam a ampliação da produção de energias limpas, como por exemplo o *European Climate Law*⁶ e o *Fit for 55 in 2030 package*⁷.

Ao passo em que essas movimentações indicavam um interesse na diversificação da matriz energética europeia e no afastamento dos hidrocarbonetos, deve-se apontar a contradição entre os discursos, movimentações e os dados reais do

⁶ O *European Climate Law* é o arcabouço legislativo que estabelece uma estrutura supraestatal legal para que a União Europeia alcance as metas e os objetivos estabelecidos do *European Green Deal*.

⁷ O *Fit for 55 in 2030 package* é um conjunto de propostas estabelecidas para rever e atualizar a legislação da União Europeia, além de implementar iniciativas com o objetivo de garantir que as políticas do bloco estão em conformidade com os objetivos climáticos acordados pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu.

período. Ao contrário do que poderia se pensar dado o grande arcabouço legal construído em torno da produção de energias limpas, o mix energético europeu se manteve dependente dos combustíveis fósseis até 2021. Adiciona-se a esse fato a resiliência dos níveis de dependência energética do bloco. Em 2021, a União Europeia importou 56% de toda a energia que consumiu, com destaque para os percentuais de importação dos hidrocarbonetos consumidos no bloco (Eurostat, 2023):

- Gás Natural: a União Europeia importou 83% do gás natural que consumiu em 2021;
- Petróleo bruto: a União Europeia importou 95% do petróleo bruto que consumiu em 2021;
- Carvão e derivados: a União Europeia importou 37,5% do carvão que consumiu em 2021.

Chamava ainda a atenção a relevância das exportações russas para os europeus que se mantiveram razoavelmente estáveis mesmo em meio a pandemia de Covid-19. Em 2021 a Rússia foi responsável por 28% das importações europeias de petróleo bruto, 44% do gás natural e 52% do carvão importado pelo bloco (Eurostat, 2023). Como apontado, havia contradições destacadas nas ações de diversos países da União Europeia que fortaleciam suas relações comerciais no campo energético com a Rússia em meio a assinatura de uma série de compromissos em prol da diversificação energética europeia. A Alemanha, uma das líderes do bloco, e o caso dos gadosutos *Nord Stream* 1 e 2 são exemplos notáveis dessa inconformidade de ações.

Alternativas, oportunidades e desafios para o processo da segurança energética europeia

Até o fim do ano de 2021 haviam poucos indícios de que chegaria ao fim rapidamente a incongruência entre as políticas supranacionais e políticas públicas nacionais no campo energético europeu. No entanto, em fevereiro de 2022 o exército russo adentrou o espaço territorial ucraniano, dando início a uma guerra que envolveria outras grandes potências e reacenderia rivalidades regionais e globais

históricas. Expondo uma grande disputa por posições de poder dentro do sistema internacional, o conflito deu continuidade a crise multidimensional iniciada pela pandemia de Covid-19 e impactou diversas áreas político-econômicas e sociais, dentre elas o setor energético.

Segundo o Banco Mundial, em 2020 o comércio exterior russo foi responsável pela 46% do Produto Interno Bruto do país (G. Chon, 2022). Nas trocas internacionais, o comércio de petróleo e gás natural representou mais de 50% das exportações do país. Já enveredando pelo setor energético, em 2021 o valor das exportações de petróleo e gás natural haviam representado cerca de 36% do orçamento federal russo, em uma demonstração do peso do setor para a economia do país (Russia's..., 2022). Com a ciência da relevância de tal segmento para as finanças e o esforço de guerra russo, do ponto de vista geopolítico foi uma estratégia natural a pressão internacional pela criação de sanções ao setor. No entanto, a União Europeia demorou a aplica-las em decorrência dos impactos sistêmicos relacionados com sanções ao seu maior parceiro comercial no mercado energético. Ainda assim, elas ocorreram⁸ – iniciadas com a proibição de transporte do petróleo russo em dezembro de 2022 – e despertaram a ávida busca por soluções que possibilitassem a desassociação rápida da segurança energética da União Europeia com as produções russas.

É no campo da busca por soluções que garantam a o acesso seguro, a suficiência energética e a desvinculação com o mercado russo que a presente seção se constrói. Aqui, far-se-á uma exposição das alternativas e oportunidades possíveis para o processo de asseguramento da segurança energética europeia no curto e longo prazo, destacando-se as decisões já tomadas no último ano. Para isso e para uma melhor visualização do leitor, escolheu-se metodologicamente dividir as ações já realizadas e as que são projetadas como alternativas possíveis para o futuro em duas subseções: panorama do presente e perspectivas para o futuro. Esta última, apresenta ainda uma reflexão crítica sobre as limitações, desafios e consequências das possibilidades propostas.

⁸ Dos combustíveis fósseis, apenas o gás natural russo não sofreu sanções formais da União Europeia (Euronews, 2023)

O cenário energético europeu após início da Guerra da Ucrânia

Assim que se deu início à Guerra da Ucrânia ficou claro para os países da União Europeia de que grandes transformações precisariam ser realizadas em seu setor energético. Políticas que visassem a desvinculação da Rússia no campo das relações energéticas eram tão necessárias quanto, ao mesmo tempo, garantir alternativas de suprimento para a manutenção da segurança energética europeia no curtíssimo prazo de tempo. Dessa forma, ainda em maio de 2022 a Comissão Europeia emitiu o *REPowerEU Plan* (European Commission, 2023b), um plano detalhado que conta com um orçamento de 300 mil milhões de euros⁹ e visa transformar o sistema energético europeu, reduzindo rapidamente a sua dependência dos combustíveis fósseis russos e acelerando a transição energética verde.

O *REPowerEU* foi construído a partir de três objetivos: a poupança de energia, uma maior produção de energias limpas e a diversificação das reservas energéticas europeias. Para isso, o programa elaborou as seguintes vertentes de ações:

1. Diversificação do aprovisionamento energético;
2. Garantia de um aprovisionamento energético com preços acessíveis;
3. Poupança energética;
4. Investimento em energias limpas.

No âmbito do aprovisionamento energético, ficou acertado entre os Estados-membros da União Europeia de que era imperativa a boa vontade na disposição e troca de gás natural em caso de necessidade. Além disso, seja por meios coletivos (como as viagens do comissário europeu para energia Kadri Simson) ou por meios nacionais-individuais, se utilizou e tem-se utilizado da diplomacia energética para o estabelecimento de acordos com países terceiros quando no caso de importações via gasodutos e também para o asseguramento de parcerias comerciais diversas. Segundo Schulz e Engelkes (2022, p.8), a pressão por alternativas fez com que houvesse uma verdadeira parada de líderes europeus e dos organismos europeus nas regiões vizinhas, com destaque para a África, Oriente Médio e Mar Cáspio.

⁹ Segundo a própria Comissão Europeia, esse orçamento é financiado por meio de cerca de 72 mil milhões de euros em subvenções e mais de 225 mil milhões de euros em empréstimos.

Parte por conta da orientação da *REPowerEU*, parte dada a necessidade urgente, o apelo teve resultados. No caso dos acordos e parcerias, cabe destacam-se: (1) as alianças comerciais formadas com Namíbia, Egito (European Commission, 2022) e Cazaquistão sobre a produção e transporte de hidrogênio e (2) o acordo da União Europeia com o Azerbaijão para dobrar o envio de petróleo para a Europa até 2027. Ademais destes, Rainovitch e El Safty (2022) sinalizam a relevância da assinatura dos acordos com o Azerbaijão, Egito e Israel (EU..., 2022) para o envio de gás natural para a Europa.

No entanto, se no mercado de gás natural houve desenvolvimentos importantes, no campo do petróleo a diplomacia energética europeia enfrentou dificuldades. Em um primeiro momento, a União Europeia e seus Estados-Membros passaram a observar a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos como possíveis parceiros comerciais estratégicos. Isto porque estes detêm reservas de petróleo suficientes para evitar uma escassez da fonte a nível mundial (S. Engelkes; L. Schulz, 2022, p. 13). Porém, apesar dos esforços do bloco e dos Estados Unidos, a Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) – órgão do qual Arábia Saudita e Emirado Árabes Unidos são membros – se recusou em um primeiro momento a aumentar substancialmente a sua produção de petróleo (S. Engelkes; L. Schulz, 2022, p. 13). Isso fez com que a Guerra da Ucrânia produzisse um aumento notável dos preços da commodity que tiveram impactos na economia europeia nos primeiros meses de 2022.

A partir de junho de 2022, entretanto, a organização aumentou sua produção para compensar as possíveis sanções ao petróleo russo (S. Engelkes; L. Schulz, 2022, p. 13). Além disso, ainda que ambos os países produtores mantivessem posições neutras em relação à Rússia, a parceria entre eles e a União Europeia no mercado de petróleo bruto se solidificou nos últimos meses. No caso da Arábia Saudita, a mesma ocupa o posto de terceira maior exportadora de petróleo bruto europeia. À sua frente ficaram apenas Estados Unidos e Noruega, dois tradicionais parceiros que também operaram de modo a expandir o comércio com o bloco e assim garantir o suprimento de petróleo em 2022 (New Oil Map, 2023).

Sobre a questão da acessibilidade financeira, a União Europeia atuou em duas frentes: construindo iniciativas de ação coletivas e implementando novas regulamentações para o setor. Os canais oficiais do bloco afirmam que as ações

planejadas pela *REPowerEU* têm garantido preços acessíveis no mercado de energia, principalmente em decorrência do lançamento da Plataforma Energética da União Europeia, em abril de 2022. A plataforma tem sido importante para a coordenação de ações e negociações do bloco no mercado energético, em especial de gás natural. Ela atua como um fórum para ações conjuntas e sob sua direção foi criado o mecanismo *AggregateEU*, para a centralização da demanda europeia e conexão com ofertantes confiáveis. A partir dessa iniciativa de compra pública comum de gás, já se garantiu o acesso conjunto europeu a mais de 42 mil milhões de metros cúbicos de gás natural. O número foi alcançado através das primeiras quatro rondas de negociações com empresas ofertantes em 2023. Em fevereiro de 2024 a plataforma ainda lançou oficialmente um *mid-term tender*, serviço visando suprir as necessidades de diversos atores no médio prazo, onde os compradores poderão apresentar a sua procura de gás para vários períodos de 6 meses entre abril de 2024 a outubro de 2029. (M. Prado, S. Frexes, 2023; Directorate-General..., 2024).

As iniciativas de ação coletivas dentro da organização se ancoraram em novos modelos de regulamentações para o setor energético. A partir de 2022 houve uma série de adequações nas regras e metas para o setor energético, criadas por organismos dentro do arcabouço da União Europeia, que visavam garantir o cumprimento das ações e objetivos estabelecidos pelo *REPowerEU*. Essas novas regulamentações operam nos mais diversos âmbitos dentro do setor energético, desde a facilitação de investimentos na produção de energias renováveis até a criação de ordenamentos para a compra conjunta de energia. No caso de acessibilidade financeira, uma das novas regras estabelecidas pela União Europeia que impactaram o comércio de energia do bloco foi a criação da norma de abastecimento mínimo de 80%¹⁰ das reservas subterrâneas de gás natural europeias até primeiro de novembro de 2022. Visando a garantia de abastecimento, a nova regulamentação aumentou a demanda por gás natural pelos países membros do bloco, o que influenciou no estabelecimento do *AggregateEU*.

¹⁰ A partir de novembro de 2023, a meta anual de abastecimento mínimo passou a ser de 90% dos reservatórios subterrâneos. No caso de 2023, a meta foi batida ainda em agosto, segundo a Comissão Europeia.

Em relação ao *AggregateEU*, destaca-se também o “Regulamento de Solidariedade” ou *Council Regulation* (EU 2022/2576) (Official..., 2022). A nova regulamentação entrou em vigor em dezembro de 2022 e foi criada para garantir a solidez do mecanismo de compra conjunta europeia. A partir dela estabeleceu-se que todos os Estados-membros deveriam entrar no *AggregateEU* com um pedido de pelo menos 15% da quantidade mínima de energia estipuladas para os seus reservatórios. Além de fortalecer a iniciativa, o novo regulamento também prevenia uma fuga e disputa entre os estados-membros fora da plataforma. Por fim, ainda cabe destacar que para o mercado interno a União Europeia criou uma regulamentação emergencial estipulando um teto para os valores de gás natural dentro do bloco. O prazo de validade do mecanismo foi prorrogado até janeiro de 2025, ainda que os valores de gás natural praticados no ano de 2023 estivessem muito abaixo do teto de €180/MWh estipulado pela organização (D. Gros, 2023; K. Abnett, 2023).

Se por um lado as iniciativas parecem ter algum nível de sucesso, outros fatos levantam questões quanto à acessibilidade financeira do mercado energético europeu. Um dos casos mais controversos é o aumento célere da quantidade de GNL importado dos Estados Unidos. Conforme exposto pelo jornalista Gavin Maguire para um artigo da *Reuters*, o custo do GNL para a Europa quase dobrou entre agosto de 2021 e 2022 (G. Maguire, 2022). Segundo a própria Comissão Europeia, a média do valor de importações anuais no bloco saltou dos €300 mil milhões de euros (2012-2019) para mais de €600 mil milhões a partir de 2022 (European Commission, 2023f). Como bem aponta Maguire (2022), esse aumento dos custos da energia foi negligenciado dada a necessidade premente de garantir a segurança energética dos países do bloco em meio às pressões ativadas pela Guerra da Ucrânia. Assim, houve uma preferência da organização por estabelecer comércio com parceiros estratégicos como os Estados Unidos, mesmo que os custos logísticos (como o transporte transatlântico e construção de usinas de regaseificação) encarecessem os contratos de GNL. No entanto, em 2024 deve haver uma maior pressão dentro do bloco para a diminuição dos gastos, o que tem fortalecido iniciativas alternativas como as ações por economia e eficiência energética e investimentos em energias sustentáveis.

No caso da terceira vertente de ações, a de poupança de energia é considerada pela União Europeia a forma mais simples, barata, segura e limpa de reduzir a

dependência europeia dos hidrocarbonetos russos. Nesse sentido, a primeira ação tomada pela Comissão Europeia ainda no inverno de 2022 foi a proposição da diminuição de pelo menos 15% do consumo de gás. Todos os Estados-membros aceitaram e entre agosto de 2022 e março de 2023 a demanda de gás natural no bloco caiu cerca de 18%, um número que motivou a renovação por mais um ano da meta de redução de consumo pelos países do organismo.

Parceira das ações para poupança de energia, a lógica da eficiência energética também permite um menor desperdício energético, diminuindo assim a demanda energética. A *REPowerEU* vem atualizando suas metas de eficiência energética e em julho de 2023 a União Europeia entrou em acordo para a revisão de metas da *Energy Efficiency Directive* (European Commission, 2023b). Na revisão ficou acordado que até 2030 deveria haver a redução adicional de 11,7% do consumo energético em relação às projeções já existentes de 2020. Isso significa que a União Europeia estipulou que seu consumo energético primário até 2030 não poderá ultrapassar as 992 mil toneladas de petróleo equivalente (Mtep) (Parlamento Europeu, 2024). Para isso, cada país membro se comprometeu a atualizar suas contribuições anuais e a diretiva ainda prevê um mecanismo especial de reforço das ações para o caso de os países não cumprirem suas metas.

Para concluir a discussão sobre o cenário atual do setor energético europeu, há de se citar a vertente de ações para energias alternativas. Na diretiva do *REPowerEU*, o enfoque dado é para a expansão das energias consideradas renováveis, com destaque para o objetivo do plano de acelerar a transição verde. Segundo a Comissão Europeia, o projeto teve como resultado entre 2021 e 2023 (European Commission, 2024):

- A geração, pela primeira vez na história, de mais eletricidade a partir de fontes eólica e solar do que a partir de gás;
- O recorde de 95,8 GW de nova capacidade de energia solar instalada, totalizando 259,99GW de capacidade instalada em território da União Europeia;
- O aumento da capacidade eólica na Europa em 17 GW, totalizando 221 GW de capacidade produtiva no território do bloco;
- O aumento da participação das fontes renováveis (39%) na produção de eletricidade europeia;

- A diminuição do percentual do gás natural russo de 45% para 15% nas importações europeias.

Ademais, o projeto também prevê a substituição de 24 mil milhões de metros cúbicos de gás natural por produção de energias renováveis até o fim de 2023 (European Commission, 2024). No campo das regulamentações e em concordância com o *Fit For 55*, a União Europeia também teve forte atuação, buscando a partir de novas legislações fixar novas e mais altas meta para a produção de renováveis no continente. Para garantir a possibilidade de atingir as metas, a organização ainda atualizou o *Green Deal Industrial Plan*, visando uma atualização e adaptação do setor industrial europeu, tornando-os mais limpos e preparados para a utilização e produção de energias renováveis.

Em relação a produção de energias alternativas, alguns comentários também devem ser feitos. O primeiro tem relação direta com a característica intermitente de diversas fontes alternativas. Uma fonte intermitente é aquela que não está continuamente disponível para conversão em energia e é de complexo armazenamento (P. Erber, 2016). Assim, apesar de existir um nível de previsibilidade quanto à produção energética de fontes intermitentes sazonais – caso das energias solar e eólica, é geralmente esperado que se busque alternativamente a complementação energética por meio de outras fontes, consideradas mais seguras (P. Erber, 2016). Essas características fazem com que exista uma hesitação no comprometimento de governos com a sua utilização como matriz energética principal de um Estado, e a maioria dos países opta por fontes consideradas mais “confiáveis” em seus planejamentos de segurança energética.

No caso da União Europeia, ainda que ela alegue se comprometer com a transição verde e a diminuição de gases de efeito estufa, o que se tem visto é a manutenção da importância de hidrocarbonetos no mix energético do bloco. O carvão teve sua produção aumentada para 349 milhões de toneladas (5% a mais em comparação a 2021) e seu consumo dentro do espaço da organização foi de 454 milhões de toneladas, 2% maior do que em 2021 (Eurostat, 2023b). Por sua vez, o gás natural representa um importante papel na matriz energética europeia. Mesmo com a queda de 13% da sua demanda em 2022, a União Europeia entende que a relação “eficiência energética vs.

grau de poluição”¹¹ torna a fonte vital para a manutenção da vida político-econômica e social do bloco. Por isso, o Parlamento Europeu decidiu (European Parliament..., 2023) manter a classificação de energias renováveis para alguns usos da fonte e da energia nuclear. Essa definição importa, pois, é a partir dela que se dá a liberação e incentivo para certos investimentos no setor energético. A controvérsia fica pela utilização política da taxonomia para garantir a produção de energias mais poluentes em detrimento de outras mais limpas.

Por fim, é possível perceber que as ações supracitadas no atual cenário energético estiveram (e em larga medida ainda estão) baseadas em ferramentas como novas regulamentações e na diplomacia energética para alcançar os objetivos estabelecidos pela União Europeia e seus órgãos. Entre controvérsias e limitações, é perceptível que há um esforço para resposta rápida aos problemas e desafios presentes no cenário energético europeu que, por sua vez, visa também construir bases sólidas para uma profunda transformação do setor no longo prazo.

As limitações e desafios da busca pela Segurança Energética europeia

Diversas das soluções propostas na seção anterior acabam extrapolando o escopo temporal do curto prazo e se tornando também iniciativas transformativas do setor europeu no médio e longo prazo. Essas propostas, em geral, visam um processo de descarbonização do mix energético europeu e um afastamento das fontes fósseis tradicionais. No entanto, uma questão que se impõe no presente e que tem impactos para o médio prazo é a necessidade de garantia da segurança energética durante o processo de transição energética sustentável pretendido pela União Europeia.

A partir desse assunto, cabe examinar alguns fatores que podem criar desafios à capacidade do bloco europeu de fazer uma transição energética sustentável no médio e longo prazo ao passo que: (1) alcançar sua segurança energética e (2) se distanciar do mercado energético russo. Além da característica intermitente de

¹¹ O gás natural tem bons índices de eficiência energética ao mesmo tempo que é considerado o combustível fóssil com menor grau de emissão de gases estufa (S. Engelkes; L. Schulz, 2022).

parte das fontes alternativas que tem sido considerada uma limitadora ao processo de transição energética sustentável, também estão entre os fatores: as dinâmicas regionais, condicionalidades da logística de transportes existente e transformações da política energética. Para analisá-los, a presente seção vai explorar os mercados que se apresentam hoje que são considerados como possíveis alternativas de fornecimento energético para a União Europeia, compreendendo que eles se subdividem em: África, Oriente Médio, Mar Cáspio e Estados Unidos.

Em relação ao continente africano, as relações no mercado de energia entre a região e o bloco europeu são bem estabelecidas e razoavelmente resilientes (S. Engelkes; L. Schulz, 2022). No continente destaca-se a região do norte onde países como Argélia, Marrocos, Líbia, Egito e mesmo a Tunísia tem acordos no setor energético com a União Europeia e também possuem infraestrutura de transporte para realizar o deslocamento de energia até o continente europeu. Gasodutos como o *MedGaz*, *TransMed* e o *Maghreb-Europe Pipeline* (MEP) são rotas conhecidas que levam gás natural da Argélia, Marrocos e Tunísia até a Europa e passaram a ser vistas pelo bloco europeu como alternativas interessantes após o estopim do conflito entre Rússia e Ucrânia. Além delas, avista-se também a possibilidade de novas trocas comerciais entre as regiões envolvendo outras fontes energéticas como o hidrogênio (G. Chiappini, 2023). No entanto, o potencial aumento das trocas entre o bloco e os países do continente africano enfrenta desafios limitantes relacionados à infraestrutura, alianças geopolíticas e segurança regional. Considerada desatualizada, a infraestrutura de produção e transporte energético africana precisaria ser alvo de intensos investimentos para uma necessária renovação e expansão da sua capacidade. Contudo, a busca por investidores não se mostra fácil e não necessariamente interessa ao continente europeu devido as disputas regionais que por vezes abalam a segurança da região, como é o caso das tensões entre Argélia e Marrocos (S. Engelkes; L. Schulz, 2022). Por outro lado, a parceria de alguns países como a Argélia com outras potências como a Rússia no setor energético¹² aumenta a dificuldade na aproximação entre a União Europeia e esses países porque, segundo Engelkes e Schulz, isso os tornam parceiros não confiáveis.

¹² Argélia e Rússia mantem laços políticos sólidos, inclusive no setor energético onde a Gazprom detém porcentagens de direitos em campos de produção de gás natural argelinos.

Ainda assim, há pelo menos uma grande possibilidade disponível: o Gás Natural Liquefeito. Em 2021, 15% das exportações de gás natural do Egito foram direcionadas à Europa por meio de navios e terminais GNL. Ainda que mais cara do que o envio tradicional por gasodutos, a saída do GNL é uma via menos poluente, com uma fonte energética segura que poderia ser uma solução de curto e médio prazo para a Europa. No entanto, mesmo ela enfrenta a questão quanto à infraestrutura já que Egito – e outros países africanos – e a própria Europa precisariam investir na construção e adaptação de terminais para o recebimento do gás liquefeito. Ainda assim, com uma boa dose de boa vontade entre as partes, essa poderia ser uma solução factível para a diversificação e segurança do mix energético europeu que já recebe GNL vindo não apenas do Egito, mas também de outros países como os já citados Estados Unidos.

Conforme já dito anteriormente, hoje os Estados Unidos são os maiores exportadores de GNL para a Europa. Esse aumento sensível das trocas entre o país e o bloco europeu veio com o peso financeiro da escolha por segurança de fornecimento e parceria estratégica. No entanto, e como supracitado neste artigo, o envio de GNL dos Estados Unidos tem como principal entrave a questão financeira, dados (1) os custos logísticos de deslocamento e construção de infraestrutura nos portos europeus, (2) a alta demanda criada após a invasão russa à Ucrânia e (3) o *hiperlucro* realizado pelas empresas revendedoras do GNL em solo europeu (A. Hernandez, 2023). Os valores das negociações entre os parceiros vêm trazendo preocupações tanto para líderes nacionais europeus quanto para o Parlamento Europeu e já existem pressões para a diminuição desses valores no médio prazo, assim como uma realocação de investimentos em fontes e mercados alternativos.

Dada a necessidade de encontrar parceiros confiáveis e que realizem trocas a preços mais acessíveis, a Europa também se voltou para o Oriente Médio. Dentre eles, o Qatar, maior exportador de GNL do mundo, tem dado indícios de interesse no fortalecimento das relações comerciais entre o país e a União Europeia (S. Engelkes; L. Schulz, 2022). Além dele, os Emirados Árabes Unidos e a Arábia Saudita, grandes produtores de petróleo, também se mostraram abertos a fortalecer os laços comerciais com a Europa. Contudo, importa citar que antes de construir novas parcerias, é preciso analisar certas características das mesmas. No caso do

O Oriente Médio, a insegurança regional opera como um possível fator limitante. O caso que mais chama atenção nos últimos anos é o dos ataques dos rebeldes Houthis, do Yemen, a instalações da Aramco na Arábia Saudita (DW, 2023). A instabilidade regional sublinha um dos principais desafios para o estabelecimento de relações mais próximas com os países da região.

Além desse fator, ainda se destaca as relações diplomáticas dos países do Oriente Médio e suas consequências geopolíticas. No caso do gás natural, diversas monarquias do Golfo têm na Rússia um importante parceiro estratégico, o que recai na mesma problemática já enfrentada com os países do norte da África: confiança no estabelecimento de parceiros estratégicos. Esse caso é ainda mais sensível dada a capacidade de comércio que poderia ser realizado entre os países Oriente Médio e a Europa. Conforme apontam Engelkes e Schulz (2022, p.14), um avanço no estabelecimento de acordos comerciais de longo prazo entre esses países e o bloco ainda deveria ser bem analisado pois tem a capacidade de criar novas dependências energéticas.

Por fim, outro mercado alternativo em vista da Europa é o Mar Cáspio. Com imensas reservas de petróleo e gás natural e uma infraestrutura bem desenvolvida no setor de produção e transporte, a região despontou rapidamente como uma opção de curto e longo prazo para acordos comerciais. A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, realizou uma viagem de caráter oficial ainda em 2022 para Baku em busca de ampliar a colaboração com os países da região. Por ocasião, a União Europeia celebrou um acordo de parceria estratégica no setor energética com o Azerbaijão (D. O'Byrne, 2022) e mais tarde o bloco também assinou acordos com o Cazaquistão para a produção de hidrogênio verde (J. Lillis, 2022). A parceria ainda poderia ter avançado mais, caso não fossem fatores estratégicos que limitam o desenvolvimento desse elo.

O mais importante deles é a presença inexorável da Rússia na região. Sendo um dos países com território no Mar Cáspio e a maior herdeira da infraestrutura logística de energia da região, a Rússia se nega a perder força no referido espaço e utiliza seu poder e influência para impedir que os outros países se distanciem dela. Esse é o caso do projeto do gasoduto TransCáspio que poderia estabelecer uma via direta entre Cazaquistão e Europa sem passar pela Rússia, mas que se

encontra parado, sem prospectos de realização devido à pressão de Moscou (The Ministry of Foreign Affairs of the Russia Federation, 2015). Dessa forma, a Rússia se coloca como um entrave no âmbito geopolítico e material para uma aproximação *de facto* com a região. Sua atuação acaba restringindo a capacidade de expansão da infraestrutura logística regional que seria essencial para o transporte energético para a Europa.

Como visto, existem fontes e mercados que despontam como alternativas à Rússia para o fornecimento de energia em acordos de longo prazo com a União Europeia. No entanto, entraves logísticos, geopolíticos e financeiros se colocam como desafios para uma reorientação do planejamento europeu em direção a essas alternativas. Além deles há também a controvérsia que envolve a decisão por mercados de petróleo e gás natural enquanto a União Europeia tenta construir um plano de transição energética verde e sustentável para o longo prazo. Nesse sentido, a opinião pública também pode operar como limitadora de acordos que sejam vistos como incoerentes com os planos de estabelecer o bloco como uma incubadora de economias verdes.

Conclusões

A presente pesquisa buscou traçar um debate envolta do tema da Segurança Energética europeia. Para isso, se introduziu novas reflexões quanto ao conceito de Segurança Energética, expandindo o seu significado para atualizá-lo frente às necessidades do século XXI. Esse esforço foi necessário para traçar uma análise crítica sobre a situação do atual cenário energético europeu frente ao desafio de garantir a Segurança Energética para o bloco após o estopim da Guerra na Ucrânia. Por isso, buscou-se analisar as perspectivas de curto e longo prazo do setor energético europeu, fazendo um apanhado das maiores ações realizadas pelo bloco no sentido de diversificar seu mix energético, tornando-o mais limpo, renovável e desatrelado da Rússia. O que se concluiu foi que há boas perspectivas no campo de desenvolvimento de fontes energéticas menos poluentes, mas que a União Europeia não pretende se desatrelar de fontes consideradas mais eficientes e

seguras para a manutenção da vida político-econômica e militar do bloco. Portanto, mercados alternativos como o Oriente Médio, a África, Mar Cáspio e Estados Unidos para garantir o fornecimento de combustíveis fósseis têm sido analisados como possibilidades para celebração de contratos de longo prazo. No entanto todos tem características desafiadoras que envolvem certo nível de perdas financeiras ou inseguranças para a Europa. Assim, o processo de se desvincular totalmente do setor energético russo, garantindo a sua segurança energética se mostra um desafio de longo prazo e difícil resolução para o bloco europeu.

Referências bibliográficas:

- Abnett, K.. (2023, dezembro 19). EU to extend emergency gas price cap for another year. *Reuters: Exploration & Production*. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/energy/eu-extend-emergency-gas-price-cap-another-year-2023-12-19/> [Acesso em: 30/06/2024].
- AL JAZEERA (2022, junho 15). EU signs gas deal with Israel, Egypt in bid to ditch Russia. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2022/6/15/eu-signs-gas-deal-with-israel-egypt-in-bid-to-ditch-russia> [Acesso em: 18/10/2023].
- BALKAN GREEN ENERGY NEWS (2017). EU dependency on fossil fuel imports on rise despite energy consumption decrease. Disponível em: <https://balkangreenenergynews.com/eu-dependency-on-fossil-fuel-imports-on-rise-despite-energy-consumption-decrease/> [Acesso em: 15/10/2023].
- Barak, O. (2015). Outsourcing: Energy and Empire in The Age of Coal, 1820–1911. *International Journal of Middle East Studies*, 47(03), 425–445.
DOI: <https://doi.org/10.1017/s0020743815000483>
- Buzan, B. & Hansen, L. (2012). *A evolução dos Estudos de Segurança Internacional*. São Paulo: Ed. Unesp, 556p.
- Cabrita-Mendes, A. (2022, março 8). Respostas Rápidas. Rússia é o maior fornecedor de energia da UE. Como quer Bruxelas reduzir a dependência? *O Jornal Económico*. Disponível em: <https://jornaleconomico.pt/noticias/respostas-rapidas-russia-e-o-maior-fornecedor-de-gas-petroleo-e-carvao-a-ue-como-e-que-bruxelas-quer-reduzir-dependencia-859275/> [Acesso em: 05/09/2023].
- Chiappini, G. (2023, janeiro 27). União Europeia avança em gasoduto para hidrogênio. *Epbr*. Disponível em: <https://epbr.com.br/uniao-europeia-avanca-em-gasoduto-para-hidrogenio/> [Acesso em: 18/09/2023].
- Chon, G. (2022, março 16). Russia punches economic hole above its weight. *Reuters*. Disponível em: <https://www.reuters.com/breakingviews/russia-punches-economic-hole-above-its-weight-2022-03-16/> [Acesso em: 10/09/2023].
- Clifford, C. (2022, julho 6). Europe will count natural gas and nuclear as green energy in some circumstances. *CNBC*. Disponível em: <https://www.cnn.com/2022/07/06/europe-natural-gas-nuclear-are-green-energy-in-some-circumstances-.html> [Acesso em: 20/10/2023].

- Deutsche, W. (2022). Houthi rebels hit Aramco, other facilities in Saudi Arabia. Disponível em: <https://www.dw.com/en/yemens-houthi-rebels-hit-aramco-other-facilities-in-saudi-arabia/a-61188764> [Acesso em: 22/10/2023].
- Duchiade, A. (2023, outubro 29). União Europeia embarga derivados de petróleo russos, e medida pode afetar Brasil. *O Globo*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/02/uniao-europeia-embarga-derivados-de-petroleo-russos-e-medida-pode-afetar-brasil.ghtml> [Acesso em: 28/08/2023].
- El Safty, S. & Rabinovitch, A. (2022, junho 15). EU, Israel and Egypt sign deal to boost East Med gas exports to Europe. *Reuters*. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/energy/eu-israel-egypt-sign-deal-boost-east-med-gas-exports-europe-2022-06-15/> [Acesso em: 08/09/2023].
- Engelkes, S. & Schulz, L. (2022). Out of Siberia, into the Desert? The Middle East and North Africa as Building blocks of Europe's Energy Transition. *International Reports*, 2, 6-19. ISBN: 0177-7521.
- Erber, P. (2016, maio 5). Fontes Intermitentes para geração de energia elétrica. *Valor Econômico*. São Paulo.
- EUROPEAN COMMISSION (2009). The January 2009 Gas Supply Disruption to the EU: An Assessment. Commission Staff Working Document SEC, 977.
- EUROPEAN COMMISSION – DIRECTORATE-GENERAL FOR ENERGY (2012). *EU energy in figures – Statistical pocketbook 2012*. Publications Office. Disponível em: <https://data.europa.eu/doi/10.2833/11169> [Acesso em: 30/06/2024].
- EUROPEAN COMMISSION (2023a). European Climate Law. Disponível em: https://climate.ec.europa.eu/eu-action/european-climate-law_en#:~: [Acesso em: 02/02/2024].
- EUROPEAN COMMISSION (2023b). REPowerEU: Energia a preços acessíveis, segura e sustentável para a Europa. Disponível em: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repowereu-affordable-secure-and-sustainable-energy-europe_pt#diversificar-o-nosso-aprovisionamento-energ%C3%A9tico [Acesso em: 15/10/2023].
- EUROPEAN COMMISSION (2023c). AggregateEU – questions and answers. Disponível em: https://energy.ec.europa.eu/topics/energy-security/eu-energy-platform/aggregateeu-questions-and-answers_en [Acesso em: 10/09/2023].
- EUROPEAN COMMISSION (2023d). Joint gas purchasing: The AggregateEU mechanism to increase energy security for Europe. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/qanda_23_2404 [Acesso em: 20/10/2023].
- EUROPEAN COMMISSION (2023e). EU Energy Platform. Disponível em: https://energy.ec.europa.eu/topics/energy-security/eu-energy-platform_en [Acesso em: 10/09/2023].
- EUROSTAT (2016). *Evolution of the EU energy dependency, 1990-2014*. Eurostat. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/2995521/7150363/8-04022016-AP-EN.pdf/c92466d9-903e-417c-ad76-4c35678113fd> [Acesso em: 15/10/2024].
- EUROSTAT (2017). *European energy dependence rate in the European Union (2000-2015)*. Eurostat. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/cache/digpub/energy/2017/bloc-2c.html> [Acesso em: 15/10/2024].
- EUROSTAT (2022a). *Final energy consumption by fuel, European Union, 1990-2021 (Statistics Explained)*. Eurostat. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/SEPDF/cache/29046.pdf> [Acesso em: 01/11/2024].
- EUROSTAT (2022b). Shedding light on energy in the EU - A guided tour of energy statistics, 2022 edition. DOI: <https://doi.org/10.2785/640865>.

- Fernandes, A. (2022, abril 27). Rússia interrompe exportação de gás para a Polónia e a Bulgária. *Jornal de Negócios*. Disponível em: <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/europa/uniao-europeia/detalhe/russia-interrompe-exportacao-de-gas-para-a-polonia-e-a-bulgaria> [Acesso em: 28/08/2023].
- Hübner, K. (Ed.). (2015). *Europe, Canada and the Comprehensive Economic and Trade Agreement* (Vol. 3). Routledge.
- INTERNATIONAL ENERGY AGENCY - IEA (2022). Gas Market Report, Q2-2022. Disponível em: <https://www.iea.org/reports/gas-market-report-q2-2022> [Acesso em: 18/10/2023].
- INTERNATIONAL RENEWABLE ENERGY AGENCY - IRENA (2015). Renewable energy in the European Union. Disponível em: <https://www.irena.org/eu> [Acesso em: 30/06/2024].
- Kollamthodi, S., Bauen, A., Smith, M. & Bazilian, M. (2023, junho 29). How REPowerEU could help build a robust hydrogen economy. *World Economic Forum*. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2023/06/how-repowereu-could-help-build-a-robust-hydrogen-economy/> [Acesso em: 28/08/2023].
- Lindley, C. (2022, março 11). Infographic: Europe's reliance on Russian energy. *Politico*. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/infographic-europes-reliance-on-russian-energy/> [Acesso em: 22/10/2023].
- Müller, B. (2023). Energiewende and Security of Supply: The EU Energy Policy Framework and the Role of Renewables. *Renewable Energy*, 169, 462-470. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.renene.2021.01.135>
- Nicolas, F., Thomsen, A. S. W. & Benyera, E. (2021). *Compendium of Hydrogen Energy: Hydrogen Storage, Distribution and Infrastructure* (Vol. 3). Elsevier.
- Nordström, L. (2022, abril 4). Nord Stream 1 pipeline: Will Russia stop gas supplies to Europe? *Deutsche Welle*. Disponível em: <https://www.dw.com/en/nord-stream-1-pipeline-will-russia-stop-gas-supplies-to-europe/a-61306169> [Acesso em: 28/08/2023].
- Oliveira, J. (2023, fevereiro 5). Estratégia para diversificação do fornecimento energético da UE. *El País*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2023-02-05/estrategia-para-diversificacao-do-fornecimento-energetico-da-ue.html> [Acesso em: 05/09/2023].
- ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT -OECD. (2012). *Environmental Outlook to 2050: The Consequences of Inaction*. OECD Publishing. DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264122246-en>
- Robinson, F. (2023, março 14). The energy weapon: Europe's reliance on Russian gas and the threat to energy security. *Energy Policy*, 154, 112252. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2021.112252>
- Santos, A. (2022, junho 30). UE e Israel avançam em novo gasoduto. *Valor Econômico*. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2022/06/30/ue-e-israel-avancam-em-novo-gasoduto.ghtml> [Acesso em: 05/09/2023].
- THE TIMES (2022, setembro 27). Gazprom: Europe's winter gas storage could be at risk. Disponível em: <https://www.thetimes.co.uk/article/gazprom-europes-winter-gas-storage-could-be-at-risk-pmj7vg99k> [Acesso em: 10/09/2023].
- Toivanen, T., Nygren, T., Huuhtanen, A. & Romakkaniemi, M. (2022). Europe's Energy Future: Perspectives on Renewable Energy. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, 139, 110690. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.rser.2020.110690>
- Tzogopoulos, G. N. (2022, setembro 5). The geopolitics of natural gas in the Eastern Mediterranean. *Mediterranean Quarterly*, 33(1), 1-18. DOI: <https://doi.org/10.1215/10474552-9337556>

- UNITED NATIONS (2015). *Paris Agreement*. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/english_paris_agreement.pdf [Acesso em: 30/06/2024].
- Valentina, S. (2022). Understanding EU-Russia energy relations. *Energy Research & Social Science*, 86, 102459. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.erss.2021.102459>
- Vine, D. (2023, outubro 25). A new chapter in European energy security: The AggregateEU gas procurement platform. *International Energy Agency*. Disponível em: <https://www.iea.org/commentaries/a-new-chapter-in-european-energy-security-the-aggregateeu-gas-procurement-platform> [Acesso em: 20/10/2023].
- Yergin, D. (2011). *The Quest: Energy, Security, and the Remaking of the Modern World*. Penguin Press.
- Zabek, M. (2022, março 10). The EU's race to reduce its dependence on Russian energy. *BBC News*. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-60659513> [Acesso em: 22/10/2023].
- Ziegler, M. S., Jacobson, M. Z., Delucchi, M. A., Bauer, Z. A., Heavey, C. C., Fisher, B. S., ... & Hodge, B. M. (2022). Storage requirements and costs of shaping renewable energy toward grid decarbonization. *Nature Communications*, 13(1), 1-9. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41467-022-28532-6>

(Página deixada propositadamente em branco)

CONCLUSÃO

João Luís J. Fernandes

Universidade de Coimbra, CEIS20 e RISCOS (Portugal)
Faculdade de Letras, Departamento de Geografia e Turismo
ORCID: 0000-0002-9419-631X jfernandes@fl.uc.pt

Fátima Velez de Castro

Universidade de Coimbra, CEIS20 e RISCOS (Portugal)
Faculdade de Letras, Departamento de Geografia e Turismo
ORCID: 0000-0003-3927-0748 velezcastro@fl.uc.pt

Talvez a palavra turbulência se adeque à caracterização de um ciclo de crises que a União Europeia, em particular, e a Europa, em geral, têm experienciado, desde a desajustada expectativa de paz eterna e de “Fim da História”, que se anunciou após a queda do Muro de Berlim, em 1989 e a consequente desintegração da ex- URSS.

O início da guerra em solo ucraniano, após invasão russa no mês de fevereiro de 2022, é um desses momentos críticos numa longa sequência de ocorrências e tendências que, por exemplo, nos expôs a fragilidade energética do continente europeu e o necessário reequacionamento estratégico deste setor. Como nos refere Nathana Garcez, a diversificação das fontes e das origens geográficas da energia que se produz e chega à Europa, são condições fundamentais para a sustentação do modelo de desenvolvimento e a manutenção da qualidade de vida das populações.

Esta nova cartografia da segurança energética da Europa, deve ser repensada num contexto global, como refere Nélío Guerreiro, mais fluído e difícil de regular. As novas tecnologias, a emergência do ciberespaço, as interdependências, as mobilidades aceleradas e a criação de regiões de circulação, como o território Schengen, estão entre os fatores que levaram ao protagonismo de sujeitos multiterritoriais e transnacionais. A sua plasticidade e organização em rede, o seu envolvimento nos ecossistemas da informalidade e do crime, inflaciona o grau de incertezas e coloca novos desafios sociais, económicos, espaciais e, por tudo isso, políticos.

Discutindo as tensões que pressionam o Sistema Internacional e as crises sistêmicas que têm afetado a Europa e o mundo, sobretudo após 2008, Gustavo Glodes Blum segue na mesma linha de questionamento das novas arquiteturas de uma globalização que pode gerar sentimentos de insegurança e traduzir-se, quer numa deriva securitária exponencial, quer numa nova reorganização regional do mundo, porventura assente numa geometria variável também esta incerta.

Porque este Sistema Internacional resulta do equilíbrio instável entre o fixo e o móvel, é importante acompanhar as mobilidades espaciais que têm mantido as correntes de contacto entre as diferentes regiões do mundo, em particular os fluxos de mercadorias, capital financeiro, informação e populações.

Sobre este último, Natacha Rodrigues problematiza a União Europeia enquanto espaço de acolhimento e hospitalidade. Ainda que esta organização internacional tenha alcançado um nível ímpar de cooperação e partilha de interesses entre os Estados membros, neste domínio das migrações vulnerários persistem as desconfianças e as disputas concorrenciais, facto que fragiliza o denominado Sistema Europeu Comum de Asilo. Por isso, como aqui se demonstra, uma das estratégias seguidas tem sido a externalização da vigilância e proteção das fronteiras deste território institucional.

Nesta sequência, Sara Carrasco Granger coloca a debate no plano dos direitos, em particular do direito à mobilidade. Para esta autora, o espaço geográfico rugoso e os efeitos de atrito que se colocam às mobilidades não autorizadas, interfere com outras garantias fundamentais, como o direito à vida. Por isso, Carrasco Granger inicia o seu capítulo citando o número de desaparecidos no Mediterrâneo, símbolo de um quadro jurídico internacional incapaz de responder aos desafios humanitários que se colocam à Europa e não só.

A partir do exemplo dos imigrantes, Pedro Camilo de Figueirêdo Neto é autor de um capítulo que nos sugere o conceito de “extremófilo social”, no qual identifica os grupos e os indivíduos sobreviventes em contextos de vulnerabilidade extrema, persistente e cumulativa. Para Neto, essa fragilidade, mas também a capacidade de resistência desses “extremófilos”, depende do efeito conjugado de fatores físicos, mentais, emocionais e sociais. Seguindo a lógica que atravessa esta obra, Neto posiciona-se na fronteira instável entre o sujeito e as suas circunstâncias.

No seguimento do conceito de “extremófilo” apresentado por Pedro Neto, o capítulo de Amanda Evelyn Cavalcanti de Lima faz-nos viajar para as periferias (sub) urbanas de algumas cidades francesas. Nestes espaços excêntricos, vulneráveis e, nalguns casos, estruturalmente violentos, a autora faz uma análise, sobretudo sociológica, de alguns episódios de protesto juvenil. Com este trabalho, fica-nos a ideia de um Estado incapaz de estar em todos os lugares e que ali apenas chega na sua versão mais disciplinar e punitiva.

Por fim, Pedro Allemand Mancebo Silva leva-nos ao Ártico e problematiza o presente e o futuro de uma população minoritária- os Sámi - , perante a dinâmica das alterações climáticas, do extrativismo e exploração de recursos e de afirmação dos diferentes Estados da região.

A integração das minorias nos sistemas estatais reguladores é um dos temas fundamentais para aferir um dos focos desta obra- a coesão interna da Europa. Neste caso, não se trata da geografia de imigrantes recém-chegados, como foi amplamente debatido nalguns dos textos aqui publicados, mas de grupos populacionais que antecederam a criação dos próprios Estados desta região.

Finalizada esta viagem por oito capítulos, aqui se dá a conhecer um conjunto articulado e oportuno de temas que abrem caminhos amplos de investigação futura. Lidos e interpretados na sua sequência e a partir de diferentes referenciais de observação, estes autores tomaram o pulso de uma Europa e de um mundo em aberto, que devemos acompanhar, sempre com um olhar crítico e um posicionamento que nos permita atravessar tempos e escalas de análise.

(Página deixada propositadamente em branco)

SÉRIE
RISCOS E CATÁSTROFES

Títulos Publicados:

- 1 *Terramoto de Lisboa de 1755. O que aprendemos 260 anos depois?*
- 2 *Sociologia do Risco;*
- 3 *Geografia, paisagem e riscos;*
- 4 *Geografia, cultura e riscos;*
- 5 *Alcáçache. 30 anos depois;*
- 6 *Riscos e crises. Da teoria à plena manifestação;*
- 7 *Catástrofes naturais. Uma abordagem global;*
- 8 *Catástrofes antrópicas. Uma aproximação integral;*
- 9 *Catástrofes mistas. Uma perspectiva ambiental;*
- 10 *Contribuições da Geografia para o Ensino dos Riscos.*
- 11 *Contributos da Sociedade para a Redução do Risco de Populações Vulneráveis;*
- 12 *Contributos da Formação para a Redução do Risco;*
- 13 *Confianças e medos na Europa contemporânea: redes, asilo e minorias*

Tomos em preparação:

- 14 *Migrações, Multiculturalidade e Vulnerabilidade Social. Visões Interdisciplinares da Europa e do Mundo;*
- 15 *Os Riscos e a Energia;*
- 16 *Contributos da Ciência para a Redução do Risco;*
- 17 *Riscos antrópicos e geopolítica;*
- 18 *Populações, Migrações e Vulnerabilidades.*

(Página deixada propositadamente em branco)

João Luís Fernandes. É Professor do Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Subdiretor da mesma Faculdade para as áreas da internacionalização e da inovação; Vice-Presidente da Direção da RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança; e investigador no CEIS20- Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra. Tem interesses e desenvolvido trabalho nas áreas da Geografia Cultural e da Geografia Política.

Fátima Velez de Castro. É Professora no Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Diretora do Mestrado em Ensino de Geografia no 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário da FLUC; investigadora no CEIS20 onde coordena, em conjunto com João Luis Fernandes, o Grupo 2 – Europeísmo, Atlanticidade e Mundialização; e Presidente da Direção da RISCOS – Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança. Os seus principais temas de investigação são na área do Ensino de Geografia (formação inicial docente); Geografia e Riscos Sociais; Geografia das Migrações.

RISCOS
E CATÁSTROFES



||U **IMPrensa** DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS